

O combate à Lepra no Rio Grande do Sul

Juliane Conceição Serres – Cnpq - UNISINOS

Dentre os textos pesquisados a referência comum é de que a lepra era rara no Estado até o começo do século XX. Em visita ao Rio Grande do Sul em 1918 Souza Araújo encontra alguns – poucos – *leprosos* na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, aparentemente o Estado estava livre do flagelo nacional representado pela doença.¹ Opinião distinta foi enunciada pelo Dr. J. Athayde da Silva em 1915 em sua tese defendida na Faculdade de medicina de Porto Alegre, onde discorda da raridade atribuída à lepra no Estado, e afirma que se não fossem tomadas medidas “esse terrível mal que foi dos povos antigos, em breve tempo será freqüente entre nós, mais esse poderoso elemento de destruição”.²

De fato quando a doença se apresentou oficialmente já constituía grave problema médico-social, sobretudo porque a saúde da população tardiamente foi incorporada como prioridade governamental e também a divisão saúde – encargo do Estado, higiene – encargo dos municípios, prejudicou uma atuação mais efetiva dos poderes públicos nas questões sanitárias. O Estado intervinha principalmente em períodos de epidemias, deixando as questões sanitárias latentes entregues a caridade e na maioria das vezes entregues a própria sorte.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre possuía um pavilhão de isolamento “São José” destinado às doenças infecto-contagiosas onde abrigava os doentes de lepra.

Nos anos 20 o Departamento Nacional de Saúde Pública instalou no Estado, junto aos Centros de Saúde, dispensários subordinados a então Diretoria de Higiene, responsáveis por medidas profiláticas como reconhecer os doentes, promover isolamento, realizar exames, prestar tratamentos e praticar a vigilância sanitária. Críticas foram feitas a esta iniciativa, porém, no período representavam a única medida oficial de combate à doença, Faillace médico sanitaria do estado assim descreve, se referindo aos doentes e suas alternativas,

Impele-os a animadora ilusão de que a cidade opulenta, cérebro e coração de sua terra não lhes recusará, por certo, os auxílios dos recursos da ciência e o consolo de sua piedade cristã. Mas cedo se desvanece a miragem que os atraiu e os alentava. Apenas reconhecida a natureza do mal que os corrói, hospitais e asilos fecham-se aos seus apelos. E, dada a absoluta falta de organização sanitária e institutos particulares a eles destinados, nada mais lhes resta senão o regresso desolador, na plena consciência da irremediabilidade do infortúnio que os avassá-la.³

Os dados estatísticos do número de doentes no estado eram poucos, embora os dispensários tivessem sido encarregados pelo DNSP de fornecer dados para realizar o censo, a maioria dos

¹ Souza Araújo. História da Lepra no Brasil. Vol.III, Período Republicano (1890-1952) Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1956, p. 351.

² SILVA, J. Athayde da. “A propósito de alguns casos de lepra”. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1915, p. 3.

cálculos epidemiológicos eram medidos através dos obituários, assim teríamos por exemplo em Porto Alegre no ano de 1921 um número baixíssimo de mortes causadas pela lepra, dois casos; no mesmo período de tuberculose morreram 643 pessoas⁴. Sem dúvida a lepra era menos letal que a tuberculose, fazendo com que a obituária não possa ser referencial para calcular a incidência da doença.

Pouco havia sido debatido sobre a moléstia no meio médico Rio-Grandense até os anos 20, na segunda metade deste anos o tema passa a ser timidamente debatido na academia como indicam os Arquivos Rio Grandense de Medicina, principal publicação médica do período. Von Bassewitz escreve na revista sobre o problema da lepra no Estado, alertando para a inexistência de profilaxia oficial e ainda as medidas tomadas pelos poderes públicos, segundo o autor, seriam de internar compulsoriamente “meia dúzia de morféticos vagabundos” no Hospital de Isolamento.⁵

O tema ganha destaque com a visita ao Rio Grande do ilustre sanitarista Belisário Penna no ano de 1928, Penna mobiliza não apenas a classe médica, como a política, o então presidente do Estado Getúlio Vargas comparece a sessão da Faculdade de Medicina que rende homenagem ao higienista. A vinda do lente ao Estado marcou a abertura para o debate das questões sanitárias nacionais, que era o caso da lepra, prova disto que temos em seguida a publicação nos Arquivos Rio Grandenses de um “Número Consagrado ao Problema da Lepra”⁶, seguido de vários textos publicados em números vindouros do próprio Belisário e posteriormente dos médicos Faillace e Raul Di Primio.

Não resta dúvida que os anos 20 foram marcados pela ausência de atenção oficial pela questão da lepra em nosso Estado, as soluções localizadas na Saúde Pública continuavam sendo regra, destas talvez as mais importantes tenham sido a criação da Sociedade Pró - Leprosário em 1925 em Santa Cruz do Sul.

A profilaxia decretava a necessidade do isolamento dos doentes, este podia ser hospitalar ou domiciliar, no entanto havia carência de nosocômios, como já nos referimos a Santa Casa possuía um pavilhão de isolamento, mas a moderna profilaxia da lepra desaconselhava este tipo de internamento, a não ser para doentes inválidos, o recomendado seriam hospitais tipo Colônia – Agrícola onde os doentes pudessem viver isolados e trabalhar conforme suas condições permitissem.

³ FAILLACE, J. Maya. Do conceito atual de profilaxia da lepra: contribuição à Campanha contra a Lepra no Rio Grande do Sul. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1933, p.5-6

⁴ Archivos Rio Grandenses de Medicina, ano III, n.11, nov. 1922, p.287

⁵ Archivos Rio Grandenses de Medicina, ano VI, nº10,11,12, out. nov. dez., 1927, p.11

⁶ Archivos Rio Grandenses de Medicina, ano VII, nº 8 e 9, agosto e setembro, 1928.

A iniciativa para a construção de um leprosário no Estado partiu de Santa Cruz da dita Sociedade Pró – Leprosário, esta cidade talvez tenha sido uma das mais atingidas pela doença no Rio Grande do Sul⁷, portanto não é de se estranhar que de lá tenha partido tal idéia.

De modo geral as Sociedades assistenciais em benefício dos “Lázarus” antecederam e talvez tenham impulsionado a ação dos Estados, juntamente com os médicos sanitaristas, elas eram as divulgadoras da necessidade de atuação no combate à lepra, defesa da família e dos filhos dos doentes, tínhamos até meados de 30 em torno de 60 associações congêneres no país.

Além de arrecadar fundos, a Sociedade Pró – Leprosário pressionava o governo para que agisse em relação ao problema, Borges de Medeiros assim se refere “coadjuvando a iniciativa da Associação Leprosário Rio Grandense, resolveu o governo amparar, moral e materialmente a idéia da criação de uma leprosaria particular, do tipo colônia agrícola, onde possam ser isolados e tratados *os leprosos que o queiram.*”⁸

Uma das primeiras iniciativas do poder público foi buscar o local para a construção do leprosário, de modo geral tal escolha gerava problemas e protestos dos moradores, no Rio Grande do Sul não foi diferente, “as numerosas dificuldades surgidas sempre que se tem cogitado da escolha de local apropriado para o projetado “Leprosário Rio Grandense”, refletem expressivamente o terror irreprimível que a lepra ainda inspira na imaginação popular”.⁹

Muitos locais foram examinados pela Diretoria de Higiene e Obra Públicas, a Sociedade de Medicina e a Sociedade Pró – Leprosário também organizaram comissões com o mesmo fim. A Sociedade de Medicina foi consultada pelo governo do Estado a pedido da Sociedade Pró – Leprosário.¹⁰ Dos locais examinados para a construção do leprosário, a Fazenda do Pontal, as margens da Lagoa dos Patos e a Nova Camalduli em São Francisco de Paula não preenchiam os requisitos; a Ilha Francisco Manoel no Guaíba, cedida pelo governo, era desaconselhada pela profilaxia; o terreno na linha Pinheiral em Rio Pardo foi o local considerado ideal, mas em função de protestos não foi utilizado; também ocorreram protestos em relação a sugestão do Instituto da Universidade Técnica de Viamão que dispunha de considerável área de terra, o outro local examinado foi uma faixa de terra em Itapuã, a princípio condenada devido a distância e as condições do solo, porém, foi este o terreno adquirido pelo governo e ali seria construído o Hospital Colônia Itapuã.¹¹

A iniciativa no Estado, claro fica partiu da Sociedade Pró – Leprosário, embora a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas criada em 20 no DNSP já houvesse preconizado a

⁷ CUNHA, Ana Zoe. Hanseníase um problema de saúde pública. EDUNISC, 2000.

⁸ Mensagem dos Presidentes de Estado, Borges de Medeiros, 23 de setembro de 1926. [grifo meu]

⁹ Op. cit. Do conceito atual... p. 141

¹⁰ Nos Archivos Rio Grandenses de Medicina constam as discussões e pareceres dos médicos. A discussão é demasiada longa para abordarmos neste trabalho.

¹¹ Op. cit. Do Conceito atual... p. 141-145.

necessidade da construção de tais locais, os governos tinham autonomia para tratar a questão da lepra como bem conviesse. Enquanto isso era o dispensário “Eduardo Rabello” que prestava atendimento aos doentes da capital e do interior que porventura viessem em busca de cura, no interior do Estado funcionavam os dispensários junto aos Centros de Saúde e Postos de Higiene.

Nos anos 30 a questão toma corpo e as discussões entre os médicos da necessidade do Leprosário se acaloram. Uma campanha denominada “mil réis ouro para a Pátria” promovida junto à população para arrecadar recursos a serem usados pelo Estado para o bem público dividiu as opiniões da Sociedade de Medicina, Dr. Fernando de Freitas e Castro, diretor da Higiene do Estado, julgou que o dinheiro recolhido, somado ao capital que possuía a Sociedade Pró - Leprosário e com algum auxílio do governo poderia ser aplicado de imediato na construção da Leprosaria Rio-Grandense, a contra proposta de outros médicos seria a utilização destes recursos para a construção de um Hospital de Clínicas, venceu o parecer dos últimos. Mais uma vez o Leprosário seria preterido nos planos gerais da Saúde.¹²

Uma outra iniciativa que antecedeu a ação oficial da Campanha Nacional de Combate à Lepra, qual seja a construção pelo governo federal de Hospitais-Colônias pelo Brasil anos 30, foi a fundação do Hospital de Emergência para *leprosos* em Porto Alegre no ano de 1936. Sem dúvida este empreendimento fez parte deste contexto “Campanhístico” e representou a urgência com que a questão deveria ser tratada no Estado. O médico Raul Di Primio foi considerado o benemérito desta obra, que levou 30 dias para ser construída, anexa ao Hospital de Isolamento do Partenon¹³. Primio foi auxiliado por um grupo de senhoras que acabaram por formar a Sociedade Rio-Grandense de Assistência aos Lázarus, que coadjuvou a criação do Hospital e do Preventório para os filhos sadios dos doentes, por fim esta Sociedade, seguindo o modelo de suas congêneres nacionais, assumiu esta instituição preventorial, denominada “Amparo Santa Cruz” inaugurada em 1940.

A reorganização dos Serviços de Saúde Pública no Estado com a criação do Departamento Estadual de Saúde em 1938 em substituição ao Departamento de Higiene e Saúde Pública¹⁴ significou um avanço na profilaxia, que passou a compreender, um Dispensário central, Dispensários no interior e um Hospital de emergência, as atividades que vinham sendo realizadas abrangiam exames, vigilância sanitária, internamento hospitalar e o censo. A organização destes serviços estava submetida a dois grandes grupos ligados à Diretoria Geral, a Divisão Técnica

¹² Arquivos Rio Grandenses de Medicina, n.01, agosto 1931. As informações sobre tal campanha são difusas, há indícios de que foi promovida através do jornal, são dados que ainda carecem pesquisa.

¹³ MANGEON, Gilberto; MENDES, Pessoa. A Profilaxia da Lepra no Rio Grande do Sul. In: Arquivo do Departamento Estadual de Saúde, v. 01, 1940, p. 81-82. O Hospital era composto por dois pavilhões de madeira com 20 leitos cada, refeitório, enfermaria, três residências particulares, capela, forno. Sofreu uma ampliação em 1938 indicando um avanço na profilaxia.

¹⁴ Dec. 7.481 de 1938.

responsável pela propaganda, o recenseamento e os serviços dos dispensários e a Divisão de Assistência Médico Social encarregada do leprosário e do preventório.¹⁵

Dos 86 municípios existentes no Estado no final dos anos 30, existia lepra confirmada em 45, somando um total de 450 doentes¹⁶, a maioria deles afluía para Porto Alegre, passando pelo Dispensário que realizava os exames para confirmar a doença – alguns provavelmente vinham com o diagnóstico confirmado dos dispensários de seus municípios – dali eram encaminhados para o isolamento no Hospital de Emergência, que chegou a receber 99 doentes para internação.¹⁷

No ano da criação do Hospital de Emergência havia sido lançada a pedra fundamental do Hospital Itapuã, com a inauguração deste em 1940, aquele isolamento passou a servir de passagem para os doentes a caminho da internação na Colônia. Obedecendo a um modelo nacional, o Leprosário do Rio Grande do Sul era distante 60km da capital, localizado em Itapuã, foi construído pela União e seria mantido pelo governo estadual. Estaria completo no Estado o “armamento anti-leprótico, coincidindo com o declínio deste modelo em nível nacional, onde os Dispensários passariam a desempenhar papel fundamental.

¹⁵ Op. cit. A Profilaxia da Lepra...p.87-88.

¹⁶ Archivos Rio Grandenses de Medicina, ano XX, n. 4, p. 112-116. Faltava realizar o censo em vários municípios, estimava-se o número de mil doentes no Estado. No Brasil o censo até 1938 havia registrado 35.091 *leprosos*, segundo Barros Barreto: ARM, ano XIX, n. 6, 1940, p.183.

¹⁷ Archivos Rio Grandenses de Medicina, ano XIX, n.6, junho, 1940, p.186.